



Câmara Municipal de Castanheira de Pera

ACTA N° 8/2001

Data da reunião ordinária: 27-04-2001

Início da reunião: 10:30 horas

Términus da reunião: 12:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal de Castanheira de Pera que comparecem à reunião:

Presidente: Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques

Vereadores:

Fernando José Pires Lopes
Bebiano Antunes Rosinha

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria da Conceição Silva Soares

Cargo: Chefe de Divisão R. S.

Faltas justificadas: Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia

Faltas justificadas: José Manuel Almeida Lourenço

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 26-04-2001

Operações Orçamentais: 76.785.790,10

Operações de Tesouraria: 8.338.815,50

ABERTURA

-----Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e um, nesta vila de Castanheira de Pera e sala de Reuniões sita no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência do Senhor Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques e a presença dos Vereadores Senhores Fernando José Pires Lopes e Bebianio Antunes Rosinha. Foram consideradas justificadas as faltas dos Vereadores Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia e Senhor José Manuel Almeida Lourenço, por se encontrarem a tratar de assuntos profissionais.-----

-----Pelas dez horas e trinta minutos foi considerada aberta a reunião.-----

BALANCETE DE TESOURARIA

OPERAÇÕES DE TESOURARIA - 8.338.815.50-----

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS -76.785.790.10-----

OBRAS PARTICULARES

PRIMEIRA-----

-----JOSÉ MANUEL ROSA DA CONCEIÇÃO, requer aprovação do Projecto de Arquitectura de construção de uma moradia sita na Urbanização das Piscinas, Lote32. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

SEGUNDA-----

-----RUI MENDES ANTUNES FORTES E OUTROS, requerem aprovação do Projecto de Arquitectura de construção de uma moradia unifamiliar sita no Souto do Vale. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

TERCEIRA-----

-----CARLOS ALBERTO FERNANDES CORREIA, requer aprovação do Projecto de Arquitectura de construção de uma moradia sita na Urbanização das Piscinas Lote 7. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

QUARTA-----

-----JORGE ANTÓNIO DA COSTA PEREIRA, requer aprovação do Projecto de Arquitectura de construção de uma moradia sita na Urbanização das Piscinas, Lote 3. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

QUINTA-----

-----OLGA MARIA ANTUNES SILVA, requer aprovação do Projecto de Especialidades de construção de uma moradia sita na Urbanização das Piscinas, Lote 4 e emissão da respectiva licença. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo, com os seguintes condicionalismos: A requerente não deverá iniciar a construção da moradia sem que os Serviços de Fiscalização definam em obra os alinhamentos devidos.-----

SEXTA-----

-----MÁRIO ANTUNES DUARTE, requer aprovação do Projecto de Especialidades de reconstrução de uma moradia sita em Moredos e emissão da respectiva licença. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

OFÍCIOS

PRIMEIRO-----

-----ADAI - Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial" - Em virtude de se encontrarem a preparar os ensaios

Reunião de 27 de Abril de 2001

da Campanha Gestosa 2001, necessitam de dois dias para a realização dos mesmos. Assim, sugerem os períodos de 7 a 9 ou 11 e 12 de Julho, consoante as condições climatéricas. Por este motivo, solicitam o acordo das respectivas datas e apoio logístico. Aceitam-se as datas sugeridas e o respectivo apoio logístico.-----

SEGUNDO-----

-----FUNDAÇÃO O SÉCULO - Enviaram novo calendário com as turmas e respectivas datas para a próxima época balnear, solicitando sejam reconfirmados os períodos de férias. Deliberado submeter o assunto à Técnica de Serviço Social.-----

TERCEIRO-----

-----PRESERVAÇÃO DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - Presente ofício da CNEFF, informando da aprovação da candidatura apresentada pela CEFF Municipal com a comparticipação financeira de 9.325 contos. Tomado conhecimento.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

PRIMEIRA-----

-----REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE PERA E BOLO - Deliberado aprovar o Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos e abrir Concurso Público, para a execução da empreitada da "Rede de Drenagem de Águas Residuais de Pera e Bolo", com o valor base de Esc. 33.944.528\$50.-----

SEGUNDA-----

-----EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL SOBRE A EXPLORAÇÃO DE MÁQUINA ELÉCTRICA DE DIVERSÃO NO ESTABELECIMENTO CAFÉ CRISTINA - A Câmara Municipal de Castanheira de Pera delibera, nos termos do nº. 1 do artigo 1º. da Lei nº. 2/87, de 8 de Janeiro, emitir parecer favorável sobre a exploração de máquina eléctrica de diversão pelo Café Cristina, sita na Rua Dr. Ernesto Marreca David, 23 em Castanheira de Pera, com vista á renovação da respectiva licença de exploração, a conceder pelas entidades competentes.-----

TERCEIRA-----

-----GABINETE DE IMPRENSA - Tendo em vista a divulgação do concelho numa das suas vertentes mais populares, as festas de verão, o gabinete de imprensa, propõe a elaboração de um folheto promocional a ser distribuído com o Jornal O Castanheirense nº. 1725, Boletim Municipal nº. 32 e em eventos no concelho de 1500, 2000 e 1500 exemplares respectivamente. Propõe ainda, para a publicidade a inserir naquele folheto os seguintes preços:-----
- 1ª e Última Página - Rodapé - 30.000\$00 = 1/4 Página; Páginas Centrais - Rodapé - 20.000\$00 = 1/4 Página; Outras Páginas Interiores - Rodapé - 15.000\$00 = 1/4 Página.-----
-----Deliberado aprovar os preços acima mencionado nos termos da alínea j) do nº. 2 do artigo 64º. do Decreto-Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro.-----

QUARTA-----

-----VOTO DE PESAR - Deliberado exarar um voto de pesar, pelo falecimento da sogra do Senhor Governador Civil do Distrito de Leiria e transmiti-lo ao mesmo.-----

QUINTA-----

-----NOMEAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou manifestar a sua satisfação pela nomeação da Engª Maria de Jesus no cargo de Directora de Estradas do Distrito de Leiria, e transmitir a presente deliberação ao Instituto de Estradas de Portugal.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

SEXTA-----

-----PROCEDIMENTO CRIMINAL - O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao Executivo de uma carta recebida no dia 20 de Abril de 2001 e que lhe foi endereçada pelo senhor Fernando Correia Bernardo.-----

-----Embora enviada a título pessoal, dado o seu conteúdo ser inteiramente referente a actos alegadamente praticados por Executivos Camarários e que se contestam, entendeu-se que o executivo deve ter conhecimento da mesma para, assim, se poder pronunciar.-----

-----Considerando que a Câmara Municipal deve obediência, nomeadamente, à lei, aos regulamentos, ao interesse público e ao bem comum, como efectivamente o faz;-----

-----Considerando que o senhor Fernando Correia Bernardo acusou publicamente o actual Presidente da Câmara e ao Executivo Camarário de terem "usurpado os baldios" sabendo perfeitamente que tais factos eram totalmente falsos;-----

-----Considerando que na carta ora presente o referido autor reconhece a falsidade daquela afirmação imputando tais factos à administração anterior, o que também se contesta;-----

-----Considerando que na aludida carta o Senhor Fernando Correia Bernardo refere um alegado "crime de burla aos cofres da Câmara" o que se tivesse acontecido (e desde já se contesta) constituiria crime público, mas que o mesmo Senhor Fernando Correia Bernardo estaria disposto a dar como sanado caso obtivesse aceitação por parte da Câmara das suas pretensões, conforme se extrai desta e doutras missivas anteriores.-----

-----Considerando também que o autor da carta afirma que caso não sejam satisfeitas as suas pretensões - que entendemos não terem razão de ser - se propõe continuar com conflitos mais afirmando "que a procissão ainda está no adro" e que pretende "dirigir à população uma carta aberta";-----

-----Considerando que todo o teor da carta, por inverídico, é manifestamente ofensivo do crédito, da confiança e do bom nome, quer da Câmara Municipal, quer dos seus membros, constituindo matéria susceptível de integrar a prática, pelo seu autor, de vários crimes, nomeadamente, crime de injúrias, difamação, ameaça e ofensa a pessoa colectiva, organismo ou serviço;-----

-----Delibera a Câmara Municipal, por unanimidade, remeter a carta ao Ministério Público a fim de ser instaurado procedimento criminal contra o seu autor.-----

-----Mais delibera que seja extraída e junta cópia da carta aos autos de inquérito que correm termos contra a Câmara Municipal e o seu Presidente onde o Senhor Fernando Correia Bernardo acusa aqueles de usurpação dos baldios. Delibera igualmente dar conhecimento à Assembleia Municipal.-----

SÉTIMA-----

-----JORNAL O CASTANHEIRENSE - A Câmara Municipal tomou conhecimento que a Escola de Condução Castanheirense faz passar no seu painel informativo colocado no exterior do edifício da Av. de São Domingos anúncio sobre a publicação electrónica do Jornal "O Castanheirense" intitulado-se proprietária do mesmo;-----

-----Mantém a referida Escola um domínio na Internet com o nome de "Jornal O Castanheirense" onde durante algum tempo foi

anunciada a edição Internet do mesmo com os dizeres "brevemente disponível";-----

-----Surgiu, igualmente, na Internet uma Homepage intitulada "O Castanheirense - edição Internet" da responsabilidade de Fernando Correia Bernardo;-----

-----Dado que este periódico é propriedade da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, conforme anotação no ICS - Instituto da Comunicação Social, despacho de 11 de Agosto de 2000, com averbamento para edição electrónica, por despacho de 16 de Abril de 2001. O jornal tem vindo a ser editado em formato clássico (papel) desde Dezembro de 2000 e em edição electrónica desde Março de 2001, na Página Oficial da Câmara Municipal de Castanheira de Pera (www.cm-castanheiradepera.pt). O pedido no Registo Nacional de Marcas foi feito em 29 de Novembro de 2000, tendo sido publicado no Boletim da Propriedade Industrial, nº.11-2000 em 28 de Fevereiro de 2001.-----

-----Dado que, deste modo, a existência do domínio atrás referido é gravemente lesiva dos direitos deste jornal, como é do perfeito conhecimento, quer dos gerentes da Escola de Condução Castanheirense, quer do Senhor Fernando Correia Bernardo, já que, tendo pretendido registar em seu favor o referido periódico junto do Instituto de Comunicação Social, foi o mesmo recusado.-----

-----A Câmara Municipal de Castanheira de Pera, em face do exposto, e para além da comunicação já efectuada à Fundação para a Computação Científica Nacional, delibera, por unanimidade:-----

-Apresentar queixa-crime contra os responsáveis junto do Ministério Público;-----

-Participar o facto ao Instituto da Comunicação Social;-----

-Tomar as demais medidas legalmente adequadas;-----

-Dar conhecimento à Assembleia Municipal.-----

OITAVA-----

-----ESPECTÁCULO DE CIRCO - No âmbito das competências atribuídas à Câmara Municipal, a fim de proporcionar às camadas mais jovens e aos idosos do concelho um espectáculo de circo, deliberado participar a sua realização, no montante de 400.000\$00.-----

NONA-----

-----COMEMORAÇÕES DO 4 DE JULHO - Deliberado convidar sua Excelência o Senhor Ministro do Equipamento Social, Dr. Eduardo Ferro Rodrigues, para Presidir às Cerimónias Comemorativas do 4 de Julho - 87º. Aniversário do Concelho.-----

DÉCIMA-----

-----ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES (Aprovação) - Ao abrigo do artigo 4º. do Decreto 341/83, de 21 de Julho, a Câmara Municipal delibera aprovar a 7ª Alteração ao Plano de Actividades, no valor de 900.000\$00.-----

DÉCIMA- PRIMEIRA-----

-----ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO (Aprovação) - Ao abrigo do artigo 31º. do Decreto 341/83, de 21 de Julho, a Câmara Municipal delibera aprovar a 7ª. Alteração ao Orçamento, no valor de 3.330.000\$00.-----

DÉCIMA-SEGUNDA-----

-----PAGAMENTOS - A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efectuados e autorizados, registados sob os números: 453; 600; 805; 816 a 843; 845; 847 a 932; 934 a 936; no valor de 33.558.427\$00, respeitantes a Despesas Orçamentais e delibera por

unanimidade ratificá-los.-----

INFORMAÇÕES

-----LITÍGIO COM ESCOLA DE CONDUÇÃO E OUTROS - O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao Executivo de uma carta recebida no dia 20 de Abril de 2001 e que lhe foi endereçada pelo Senhor Fernando Correia Bernardo.-----

-----Embora enviada a título pessoal, dado o seu conteúdo ser inteiramente referente a actos alegadamente praticados por Executivos Camarários - e que se contestam - entendeu-se que o executivo deve ter conhecimento da mesma para, assim, se poder pronunciar.-----

-----Em face da diversidade dos assuntos focados e do distanciamento temporal de alguns (cerca de 12 anos) interessa enquadrar, de forma tão clara quanto possível, todo o processo.--

-----INDEMNIZAÇÕES PROVENIENTES DE DESPEJOS - O executivo Municipal decidiu, na década de 80, recuperar toda a zona histórica da vila onde se inseria um edifício denominado "Casa Pimentel".-----

-----O referido prédio revestia enorme valor simbólico e histórico por aí ter estado instalada a Câmara Municipal quando da elevação a concelho em 1914.-----

-----Elaborado o projecto foi candidatado ao programa "PRAUD" tendo sido aprovado e co-financiado pela administração central com inscrição das verbas respectivas em PIDDAC.-----

-----A intervenção urbanística projectada assentava na restauração da "Casa Pimentel" epicentro e elemento agregador de toda a zona. A casa, composta de r/c, 1º andar e águas furtadas, encontrava-se ocupada no r/c por um estabelecimento comercial explorado pela Senhora D. Felisbela Henriques Correia e no 1º. andar e águas furtadas pela Escola de Condução Castanheirense.---

-----Dada a necessidade de desocupar a referida Casa Pimentel foi acordado com a Escola, no melhor espírito de colaboração e sem que a isso estivesse por qualquer forma obrigada, que a Câmara cederia àquela, temporariamente e só até que a Escola encontrasse solução, a utilização de um andar na Casa Bissaya Barreto.-----

-----Por tal cedência a Escola ocupou o andar não cumprindo, no entanto, o contrato recusando-se a fazer entrega da Casa Pimentel o que só veio a conseguir-se em 1993, por despejo judicial.-----

-----Também perante a recusa da arrendatária do r/c em desocupar as instalações procedeu-se ao despejo administrativo, tendo a mesma recorrido com o recurso a ser julgado improcedente.-----

-----Na data do cumprimento dos despejos verificou-se a existência no interior do edifício de diversos objectos com a Câmara a ser constituída como fiel depositária dos mesmos.-----

-----A partir dessa data foi a Escola de Condução diversas vezes notificada para receber tais objectos.-----

-----Entretanto, e em consequência de todo o litígio, as obras de restauro e requalificação urbana do Centro Histórico foram iniciadas em 1994, com um atraso de 5 anos, tempo necessário à resolução judicial do litígio com a Escola de Condução Castanheirense.-----

-----Esclareça-se, no entanto, que durante esses cinco anos a referida Escola funcionou normalmente num edifício cedido pela Câmara Municipal sem pagamento de qualquer contrapartida.-----

-----Esclareça-se, igualmente, que ainda hoje, 12 anos depois, mantém-se a ocupação gratuita e contra a vontade da Câmara e desde 1991 - há dez anos - apesar de frequente e insistentemente

ter sido notificada para abandonar as referidas instalações, ainda não o fez.-----

-----Sobre este assunto mais informo que a Câmara Municipal está a reunir todos os elementos necessários para informar os respectivos processos que serão submetidos a análise e deliberação em reunião agendada para o próximo mês de Junho, como, oportunamente, foi dado conhecimento aos interessados.-----

-FORNECIMENTO DE ÁGUA -Quando da desocupação por parte da Câmara do Edifício Municipal Polivalente para transferência da posse e propriedade na outorga da respectiva escritura marcada para 31 de Dezembro de 1999, a Câmara Municipal cessou, naturalmente, o fornecimento de água ao referido edifício.-----

-----À luz do Regulamento da Água em vigor neste concelho (artigo 21º) cabe ao proprietário, arrendatário ou usufrutuário dos prédios a iniciativa do pedido de prestação do serviço de fornecimento de água, sendo objecto de contrato com a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, lavrado em modelo próprio e instruído de acordo com as disposições legais em vigor.-----

-1º.ANDAR - EDIFÍCIO MUNICIPAL POLIVALENTE - Em 1999 a Câmara Municipal, proprietária do Edifício Municipal Polivalente, deliberou, por unanimidade, proceder à sua venda pelo valor de 65.000.000\$00.-----

-----A Escola de Condução Castanheirense, única concorrente, apresentou proposta no valor de 65.001.850\$00 tendo liquidado 19.500.555\$00 e comprometendo-se ao pagamento dos restantes 45.501.295\$00 no acto da escritura conforme condições do Edital de Venda.-----

-----Perante o pedido da Escola em ocupar o edifício antes da data da outorga da escritura, factor indispensável à transferência da propriedade, acordou-se que a Câmara disponibilizaria as garagens para a Escola transferir e vagar as instalações que ocupava na Casa Bissaya, necessárias ao acolhimento dos serviços que a Câmara tinha instalados no Municipal Polivalente e assim permitir a disponibilização do 1º. andar deste edifício.-----

-----O aludido acordo foi confirmado pela própria Escola através de ofício que se transcreve:-----

... " a) De imediato, são disponibilizadas à signatária as garagens para transferência da n/ existência na Casa Bissayas.---

b) Imediatamente, a signatária transfere e deixa vaga toda a parte do imóvel com excepção da sala teórica e serviços administrativos, para o Polivalente e deste são transferidos também imediatamente a seguir, todos os serviços que ocupam no primeiro andar do Polivalente para o andar até lá ocupado pela signatária cuja renda note-se, por motivo de transferência da Casa Pimentel, tem vindo a ser depositada à ordem dessa Câmara Municipal na Caixa Geral de Depósitos..."-----

-----Note-se, por curiosidade, que a parte final do 2º parágrafo é totalmente falsa nunca tendo sido depositada qualquer quantia em qualquer Banco a título de renda.-----

-----A Câmara honrou os seus compromissos disponibilizando as garagens.-----

-----A Escola de Condução não vagou qualquer parte do imóvel ficando a Câmara a aguardar que o fizesse para troca com o 1º andar do Polivalente.-----

-----Em 7 de Setembro foram recebidas duas cartas, uma remetida

pela Escola de Condução Castanheirense e outra pelo Senhor Fernando Correia Bernardo em nome de sua mãe, Sr^a. D. Felisbela Henriques Correia, e em que se solicitam, respectivamente, 24.500.000\$00 e 21.750.000\$00 de indemnizações por diversos e pelos despejos dos espaços que ocupavam no Edifício Pimentel.-----
-----O valor total pedido é de 46.250.000\$00.-----
-----Nessa altura o valor que a escola ainda tinha que pagar pela aquisição do Edifício Municipal Polivalente no acto da Escritura era de 45.501.295\$00.-----
-----No dia 10 de Setembro a Câmara é surpreendida com novo ofício da Escola de onde se extraem os pontos mais relevantes:---
..."18. Por todo o exposto, a signatária notifica V. Exa. da tomada das seguintes decisões: a) Renunciar a partir desta, ao Acordo firmado datado de 30 de Julho findo.-----
b) Renunciar ao compromisso pessoal assumido, para transferência simultânea do património desta firma existente na Casa "Bissayas" para o recém adquirido, devendo a n/ transferência ocorrer depois de vago e obras em curso concluídas no primeiro andar.-----
... d) Exigir a essa Câmara Municipal para, no prazo de 30 dias fixar uma data não inferior a 90 nem superior a 140 dias para, após notificação à signatária, para celebração da escritura de venda..."-----
-----Correspondendo ao solicitado a Câmara Municipal notificou a Escola da marcação de Escritura para o dia 31 de Dezembro de 1999 (dentro do prazo exigido entre 90 e 140 dias).-----
-----Data essa em que, como é sabido, a escola não compareceu para outorgar na Escritura.-----
-----em 14 de Outubro novo ofício da Escola de Condução.-----
..."5. Relativamente ainda à manutenção da n/ proposta de aquisição e acordo posteriormente formulado claro que, a signatária sempre esteve e está receptiva, para a manutenção mutuo do bom nome dos intervenientes desde que, enquadrado no melhor espírito de honestidade sem qualquer tipo de malabarismo ou má fé, os vir a reconhecer desde que para o prosseguimento das obras em curso seja:-----
...d) Que, com maior transparência, compreensão e honestidade, seja no prazo de 90/120 dias, negociadas as indemnizações motivadas pelos despejos e deterioração dos bens móveis em poder dessa C.M. a que esta firma e familiar dos seus sócios Felisbela Henriques Correia, tem direito.-----
... 4. Nos parece que, esta n/ posição tem de ser reconhecida no melhor espírito de colaboração e honestidade tornando-se necessário um entendimento recíproco pois que, atendendo às recentes posições em nossos poder documentadas s/ o imóvel, essa C.M. não tem a mínima hipótese de refugiar-se às significativas indemnizações bem como de igual modo as devidas pelos despejos e destruição do património que retirou do interior dos espaços ocupados, pelo que julgamos de significativa importância uma resolução pacífica dos assuntos em causa..."-----
-----Diz a Escola, claramente, que só manterá a proposta de aquisição se obtiver as indemnizações pelos despejos, pretendendo, assim, condicionar a efectivação da mesma.-----
-----Com tal atitude a mesma Escola visava introduzir um elemento novo no negócio.-----
-----e impõe mesmo que isso aconteça "...Atendendo às recentes posições em nosso poder documentadas s/ o imóvel, essa Câmara não

tem a mínima hipótese de refugiar-se às significativas indemnizações..."-----

-----A Câmara Municipal nunca aceitou, nem poderia fazê-lo, qualquer alteração às condições anunciadas em Edital.-----

-----Em 12 de Janeiro de 2001 realizou-se a escritura referente ao Edifício Municipal Polivalente com a Escola de Condução Castanheirense bem ciente e a aceitar todas as condições relativas ao imóvel em causa.-----

-----no acto da Escritura a Escola de Condução Castanheirense pagou integralmente o valor devido - 45.501.295\$00, e o demais exigido por Lei, não sem antes ter levantado inúmeras questões bem como ter apresentado queixa-crime contra a Câmara Municipal por burla que, obviamente, foi arquivada.-----

-ÁREA DESCOBERTA DO POLIVALENTE - Relativamente ao logradouro do Polivalente cumpre informar que foi solicitado ao GAT que, conjuntamente com a Câmara, procedesse ao levantamento rigoroso da área descoberta obtendo-se uma área de 109,79m2 que é a que efectivamente existe, tendo, oportunamente, sido feita uma actualização da área de superfície descoberta - logradouro - colocando-a em conformidade com a realidade de facto que existe há mais de 3 anos, devido à construção das Avenidas Verdes, tudo com o conhecimento da Escola de Condução, conforme diversos ofícios que sobre o assunto lhe foram enviados.-----

-DESCRIÇÃO DO REGISTO PREDIAL - Por referência à alegada desconformidade e actualização/correção sabe a Escola de Condução (por informações prestadas através de inúmeros ofícios) que a descrição no Registo Predial do aludido edifício está em conformidade com o exigido no Código do Registo Predial, com as alterações introduzidas, nomeadamente, pelo Decreto-Lei nº. 60/90, de 14 de Fevereiro.-----

-----Ainda assim, e para evitar que entendesse a escola tratar-se de desinteresse da n/ parte, solicitámos informações sobre o assunto junto da Senhora Conservadora do registo predial de Castanheira de Pera, tendo-nos respondido que o Registo Predial do aludido prédio está em conformidade com o legalmente exigido, o que foi informado à Escola de Condução.-----

-PINTURA 3º ANDAR - Quanto à pintura do 3º andar, em data anterior à Escritura, foi realizada vistoria conjunta ao edifício com a participação de representante da Câmara, do GAT e da Escola de Condução.-----

-----Após definição e organização dos trabalhos a realizar, iniciaram-se as reparações necessárias e acordadas que foram concluídas sem vícios ou irregularidades não havendo lugar à realização de quaisquer outras.-----

-----A execução dos trabalhos, levados a cabo por empresa exterior à Câmara, totalizou a quantia de 447.525\$00.-----

-JORNAL O CASTANHEIRENSE -Em 30 de Junho de 2000 a Câmara deliberou, por unanimidade, adquirir o jornal "O Castanheirense" ao seu anterior proprietário, as Oficinas Gráficas da Ribeira de Pera Lda., com o intuito de proceder à sua reedição e expor o respectivo espólio no museu Casa do tempo.-----

-----A referida transacção recaiu, essencialmente, sobre um conjunto de móveis de inegável valor cultural e histórico da indústria tipográfica tradicional e ainda sobre o direito de propriedade do jornal enquanto bem economicamente individualizável, constituindo criação cultural com reputação

consolidada ao longo de mais de 60 anos de existência e consequentemente com um valor de acreditação de mercado inquestionável.-----

-----No processo de anotação, o próprio Instituto da Comunicação Social foi bem explícito quanto ao direito de propriedade, conforme ofício dirigido a esta Câmara Municipal.-----

..."O cancelamento da inscrição relativa a publicações periódicas significa que os seus titulares se encontram impossibilitados de exercer o direito à edição e que os respectivos títulos deixam por isso de merecer a protecção legal que lhes é conferida por este registo, não extinguindo, naturalmente, e por si só, os direitos de propriedade de que são objecto, que podem permanecer na esfera jurídica dos titulares.-----

Até à presente data a publicação em causa não voltou a estar inscrita nestes serviços, pelo que se presume estar ainda na disponibilidade do último titular do registo, presunção que será afastada através de prova suficiente de que o direito de propriedade foi transmitido, designadamente, à Câmara Municipal de Castanheira de Pera..."-----

-----A Câmara na posse do título legal que legitima a aquisição dos direitos transmitidos (Acordo) procedeu às restantes formalidades necessárias à impressão e circulação do jornal, designadamente ao registo do título junto da entidade administrativa competente, o Instituto da Comunicação Social, para o qual foi exigida, como atrás ficou dito, prova de titularidade do direito de propriedade sobre o jornal uma vez que o direito e o registo não se confundem.-----

-----A Câmara tem pautado a sua actividade por princípios de rigor, isenção e transparência no âmbito das suas atribuições e pretende com esta publicação colmatar carências de índole social e cultural do Concelho.-----

-----O jornal "O Castanheirense" é propriedade da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, conforme anotação no ICS - Instituto da Comunicação Social, despacho de 11 de Agosto de 2000, com averbamento para a edição electrónica, por despacho de 16 de Abril de 2001. O jornal tem vindo a ser editado em formato clássico (papel) desde Dezembro de 2000 e em edição electrónica desde Março de 2001, na Página Oficial da Câmara Municipal de Castanheira de Pera (www.cm-castanheiradepera.pt). O pedido no Registo Nacional de Marcas foi feito em 29 de Novembro de 2000, tendo sido publicado no Boletim da Propriedade Industrial, nº. 11 - 2000 em 28 de Fevereiro de 2001.-----

-----Cumpre todos os requisitos legais.-----

-----Em face do exposto, confirma-se todas as alegadas questões referidas na carta são temas recorrentes e foram sistemática e claramente respondidas e esclarecidas ao longo destes quase dois anos.-----

-----Relativamente ao edifício municipal Polivalente, não há lugar ao pagamento de qualquer quantia, a qualquer título, à Escola de Condução castanheirense encontrando-se o processo definitivamente encerrado.-----

-----A Câmara Municipal sempre agiu com a Escola de Condução Castanheirense, com o Senhor Fernando Correia Bernardo e com todas as pessoas, instituições e entidades com quem se relaciona na firme prossecução do princípio da boa fé, com ombridade e transparência bem como no cumprimento da legalidade nunca tendo

fomentado ou alimentado quaisquer litígios.-----
-----Apesar disso, tem-se visto a braços com a recepção constante de abundante correspondência (por vezes até várias no mesmo dia) remetida, quer pela Escola de Condução, quer por Fernando Correia Bernardo, a que a Câmara sempre respondeu, enfrentando inúmeras queixas e processos movidos pelos mesmos.-----

PRESENCAS

-----Presente o Senhor José Romão, residente em torno, que solicita a reconstrução de um muro em consequência das obras de esgotos em Gestosas.-----

-----O Senhor Presidente informou, que o mesmo ainda não foi reconstruído em virtude de o tempo não ter permitido.-----

-----Também apresentou reclamação contra o funcionário desta Autarquia - João Pereira Ferreira, por este ter sido incorrecto sobre um assunto relacionado com uma sepultura no cemitério desta Vila. Solicita que o mesmo seja chamado à atenção.-----

ENCERRAMENTO

-----E não havendo mais assunto algum a tratar, foi encerrada a reunião eram doze horas, pelo que de tudo se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta.-----

-----E eu, Maria da Conceição Silva Soares, minutei, mandei lavrar e subscrevo.-----